



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL
MENOR PREÇO**

Contratação de prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

Setembro/2025



ÍNDICE

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	4
4	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	4
5	COBERTURAS EXIGIDAS.....	6
6	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7	PROPOSTA.....	9
8	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	9
9	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
10	PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	10
11	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	10
12	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	12
13	MULTAS.....	12
14	GARANTIA EXECUÇÃO	14
15	FISCALIZAÇÃO	14
16	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	15
17	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	15
18	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	16
19	MATRIZ DE RISCOS	16
20	ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO CONTRATUAL.....	16
21	HIPÓTESES DE RESCISÃO	17
22	CONDIÇÕES GERAIS.....	17
23	ANEXOS.....	18



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

1.2 **Há um único item a ser proposto pelas licitantes, que é o valor do prêmio anual para seguro de responsabilidade civil D&O.**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL OU VALOR DE REFERÊNCIA
1	Serviços de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer).	30126	Un	01	R\$ 487.995,01

1.3 O valor anual estimado do contrato é de **R\$ 487.995,01** (quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e um centavo), que corresponde a estimativa máxima de prêmio anual a ser pago.

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

TOMADORA – pessoa jurídica que contrata o seguro de responsabilidade civil (D&O) em benefício de pessoas físicas (segurados). Neste caso, a Tomadora é a Codevasf.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA – Unidade da administração superior da Codevasf, em que foi elaborado este TR em uma de suas unidades técnicas.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG) - Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.

CATMAT – É um módulo do Siasg denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CATSER - É um módulo do Siasg denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos [serviços ou fornecimentos](#).

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, autarquia da Administração Pública Federal, responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros no Brasil.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico
- 3.2 **Valor estimado:** Público
- 3.3 **Critério de Julgamento:** Menor Preço

4 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 Os serviços a serem contratados são os de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer) para os membros do Conselho de



Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais cobrirão os atos praticados no exercício de suas funções na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

4.2 O regime de contratação será por execução indireta.

4.3 A importância Segurada representa o Limite Máximo de Garantia pagável conforme os riscos cobertos, de acordo com as condições gerais e especiais da apólice

4.4 O prazo para pagamento das indenizações é de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da última documentação relativa ao processo competente.

4.5 No valor do prêmio estão incluídos os eventuais custos para emissão da apólice, imposto sobre operações financeiras (IOF) e outros custos pertinentes e inerentes ao objeto desta licitação.

4.6 A importância segurada, que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pagável por conta dos riscos cobertos, de acordo com as condições gerais e especiais da apólice é de R\$ 33.000.000,00 (Trinta e três milhões de reais).

4.7 Especificações do seguro:

4.7.1 O seguro cobrirá indenizações aos gestores conforme objeto deste TR, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, referentes a condenações judiciais transitadas em julgado e nas hipóteses de cumprimento provisório de sentença, tutela de urgência ou liminares diversas, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, fundadas em responsabilidade civil convertida em responsabilidade, multa, compensação ou indenização por atos de gestão, praticados pelos respectivos segurados, desde que não importem em ato doloso ou culpa grave. Ficam cobertos, também, pelo presente seguro as eventuais indenizações por danos materiais e morais, multas e/ou compensações decorrentes de responsabilidade civil e administrativa impostas aos segurados quando no exercício de suas funções na Codevasf.

4.7.2 O seguro cobrirá também os acordos extrajudiciais homologados pela justiça, desde que a seguradora tenha tido conhecimento e participado do processo, devendo a Codevasf comunicá-la para esse fim.

4.7.3 O seguro será contratado pela Codevasf em benefício de pessoas físicas, Conselheiros do Conselho de Administração, Fiscal e membros da Diretoria Executiva, a fim de garantir o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações cobertas, efetuadas por terceiros, em virtude de atos danosos pelos quais se busque a responsabilização destes Segurados.

4.7.4 A apólice será à base de reclamação (“Claims made basis”) com notificação.

4.7.5 Em vez de reembolsar o segurado, a Seguradora poderá oferecer a possibilidade de pagamento direto aos Terceiros prejudicados ou reembolsar o Tomador, caso este tenha adiantado, para o Segurado, total ou parcialmente, quantias correspondentes às indenizações cobertas por este seguro.

4.7.6 A garantia relativa ao seguro está condicionada ao atendimento às disposições da apólice, em particular aquelas que regulam as Apólices à Base de Reclamações, bem como as datas de ocorrência dos danos e as datas de apresentação das Reclamações. São condições necessárias para que o Segurado possa pleitear a garantia, sem prejuízo das demais disposições da apólice, que:

(i) O Terceiro apresente Reclamação ao Segurado durante o Período de Vigência do Seguro ou Extensão do Período de Apresentação de Reclamação, quando aplicável; e

(ii) As Reclamações sejam decorrentes de Atos Danosos ocorridos durante o Período de Vigência do Seguro ou Período de Retroatividade.

4.7.7 O seguro abrange os custos de defesa e os honorários dos advogados dos segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral, sendo que os segurados podem escolher livremente seus respectivos advogados. Quando da concessão da garantia aos custos de defesa, deve haver menção expressa no instrumento de formalização desse adiantamento ao direito de regresso da Seguradora nos casos em que os danos causados a Terceiros decorram de



atos ilícitos dolosos, ou em que o segurado reconheça sua responsabilidade. Nesse sentido, todos os pagamentos dos custos de defesa realizados pela Seguradora para quaisquer segurados serão reembolsados à Seguradora pela (s) pessoa(s) física(s) que deles se beneficiaram, de forma solidária com o Tomador, caso se identifique que tais segurados não têm direito à indenização de tais prejuízos financeiros.

4.7.8 O seguro abrangerá cobertura de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, quando no exercício de suas funções na Codevasf, indenizações diversas (materiais e morais, dentre outras), inclusive dano moral coletivo.

4.7.9 O seguro não cobre os danos causados a terceiros, aos quais a Codevasf tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos dolosos praticados pelos Segurados que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de Conselheiro do Conselho de Administração, Fiscal ou Diretor Executivo.

5 COBERTURAS EXIGIDAS

5.1 As coberturas estabelecidas deverão ser concedidas até o Limite Máximo de Garantia da apólice.

5.1.1 Cobertura para administradores da CODEVASF.

5.1.2 Cobertura para cônjuge, herdeiros, representantes legais e espólio de Segurado que venha a falecer;

5.1.3 Cobertura para Despesas de Publicidade;

5.1.4 Cobertura para reclamações feitas por Fornecedores, Concorrentes, Órgãos Reguladores, Credores e Investidores;

5.1.5 Cobertura para reclamações, despesas decorrentes de procedimentos extrajudiciais ou judiciais contra os Segurados referentes a qualquer dano que gerem a terceiros.

5.1.6 Cobertura de Custos de Defesa e recolhimento de depósitos recursais, quando da aplicação de multas e sanções em âmbito administrativo e judicial;

5.1.7 Cobertura de multas, no valor de até 10% do LMG.

5.1.8 Cobertura para Reclamações de Segurado (D&O) contra Segurado (D&O);

5.1.9 Cobertura para Bloqueio de Bens dos Administradores;

5.1.10 Cobertura para Responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, nos casos em que há desconsideração da personalidade jurídica;

5.1.11 Cobertura para Responsabilidades Estatutárias.

5.1.12 Cobertura para custos e indenizações relativos a danos ambientais, no valor de até 50% do LMG.

5.1.13 As coberturas definidas nos itens acima abrangem tanto danos materiais como morais e coletivos;

5.1.14 O âmbito da cobertura contratada será Nacional e a cobertura da apólice será isenta de qualquer franquia.

5.1.15 O prazo para pagamento das indenizações é de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da última documentação relativa ao processo competente.

5.2 Exclusões permitidas na cobertura:

5.2.1 Exclusões de perdas ou danos causados direta ou indiretamente por atos de terrorismo independentemente do propósito de tais atos;

5.2.2 Exclusão de atos dolosos e culpa grave do segurado;

5.2.3 Exclusão de reclamações já conhecidas pelo Segurado no início da vigência;

5.2.4 Exclusão de reclamações anteriores ou pendentes no início da vigência;

5.2.5 Exclusão de atos de corrupção, incluindo doações de comissões e correlatos;

5.2.6 Exclusão de acionista majoritário com mais de 20% (vinte por cento) de participação;



5.2.7 A seguradora não se responsabilizará pelas perdas relacionadas com qualquer reclamação feita contra qualquer administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

- a) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção brasileira;
- b) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção brasileira; Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

5.2.8 Além de outras exclusões previstas em lei, não há cobertura dos riscos listados no Artigo 12º da Circular nº 637 da SUSEP para o Segurado de Responsabilidade Civil.

5.3 Apólice com base em reclamação com notificação e retroatividade, define-se como sendo aquela que tem como objeto do seguro o pagamento e/ou o reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros pelo segurado, a título de reparação de danos de ordem material ou moral, estipuladas por Tribunal, Juízo ou órgão administrativo competente por acordo aprovado pela sociedade seguradora, desde que: os danos tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade e o terceiro apresente a reclamação ao segurado, nas seguintes hipóteses:

5.3.1 durante a vigência da Apólice;

5.3.2 durante o Prazo Complementar, quando aplicável;

5.3.3 em período posterior, desde que a reclamação seja desconhecida pelo segurado em período de vigência da Apólice.

5.4 Prazos para apresentação de reclamações:

5.4.1 Prazo Complementar de 36 (trinta e seis) meses sem prêmio adicional conforme definido pela legislação em vigor.

5.4.2 Prazo Suplementar: 24 (vinte e quatro) meses, após o prazo complementar, para apresentação de reclamações contra os segurados por atos cometidos pelos mesmos desde a data de retroatividade de cobertura até o final de vigência da apólice. (12 meses: 75% do prêmio líquido. 24 meses: 100% do prêmio) líquido.

5.5 Outras exigências e condições:

5.5.1 Não poderá haver cancelamento ou qualquer alteração do seguro, escopo do contrato objeto da presente licitação, nem a proibição de cessão de direitos, em consequência de futura alteração do capital da Codevasf, inclusive eventual cisão, sem a prévia e razoável justificativa da contratada em um prazo máximo de antecedência de 60 (sessenta) dias, com o respectivo aceite da Codevasf.

5.5.2 O prêmio máximo da contratação inclui todos os custos das coberturas exigidas, bem como os custos de carregamento, de emolumentos e de fracionamento incidentes sobre os prêmios líquidos.

5.6 Condições de cosseguro: não será permitido a distribuição de cosseguro para outra(s) seguradora(s).

5.7 Regulação do Sinistro:

5.7.1 A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos necessários e pertinentes à Regulação de Sinistro, para o pagamento da Indenização devida, no caso de um Sinistro coberto nos termos da Apólice contratada. A contagem do prazo para



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Indenização será suspensa, caso os documentos apresentados sejam insuficientes e em caso de dúvida fundada e justificável. O prazo voltará a correr a partir do primeiro dia útil após a entrega dos documentos complementares exigidos.

5.7.2 No caso do não pagamento da Indenização no prazo previsto, o valor deste deverá ser atualizado monetariamente, pela variação positiva do índice adotado, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data de entrega de todos os documentos necessários para a Regulação de Sinistro até a data da sua liquidação.

5.7.3 O valor da Indenização a que o Segurado terá direito, com base nas condições desta Apólice, não poderá ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do Sinistro, independentemente de qualquer disposição constante desta Apólice, e será pago em moeda nacional, exceto quando a legislação permitir pagamento de Indenização em outra moeda.

5.7.4 A Seguradora deverá realizar a identificação dos Segurados e do Tomador, registrar tais informações cadastrais e obter cópia de documentação, quando da contratação da Apólice e no pagamento dos Sinistros. A saber:

Pessoas Físicas:

- (a) nome completo;
- (b) número único de identificação, com a seguinte ordem de preferência: número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), número de identificação, válido em todo o território nacional, nesse caso acompanhado da natureza do documento, órgão expedidor e data da expedição, ou número do Passaporte, com a identificação do País de expedição;
- (c) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação); e
- (d) número de telefone e código de discagem direta à distância – DDD, se houver.

Pessoas Jurídicas:

- (a) denominação ou razão social;
- (b) atividade principal desenvolvida;
- (c) o número de identificação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Empresa Estrangeira/BACEN (CADEMP) para empresas “offshore”, excetuadas as universalidades de direitos que, por disposição legal, sejam dispensadas de registro no CNPJ e no CADEMP;
- (d) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação), número de telefone e código de discagem direta à distância - DDD; e
- (e) qualificação do procurador ou dos Diretores ou Administradores, quando não representada diretamente pelo proprietário ou sócio controlador.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.1 Poderão participar do Pregão seguradoras especializadas, individuais, que atendam a todas as exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

6.1.2 As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2 CONSÓRCIO

6.2.1 Não será permitida a participação de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência.



7 PROPOSTA

7.1 A proposta de preço deverá conter a nome e endereço da licitante e valor do prêmio apresentado com clareza e sem rasuras.

7.2 Será considerada a melhor proposta a que apresentar o menor preço global, desde que a licitante que apresentar o menor preço atenda todas as exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital da licitação.

7.3 Deverá ser feito o lance do Preço Global (prêmio bruto), conforme modelo de planilha constante do ANEXO III.

7.4 O prêmio deverá ser considerado completo e abranger todas as despesas diretas e indiretas, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à proposta da licitação.

7.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse.

7.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

7.7. As propostas serão aceitas somente para todos os itens do Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados que compõe o objeto da licitação. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

8 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

8.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica para o ramo D&O, que comprove o bom atendimento na administração das apólices, cuja cobertura seja de no mínimo R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil de reais), isto é, 50% do valor da importância segurada prevista neste Termo de Referência.
- b) Será permitido o somatório de quantidades em mais de um atestado.
- c) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- d) Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Codevasf manter contato com a entidade atestante.
- e) Certidão ou Declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados –SUSEP, com data de expedição de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, comprovando que a seguradora licitante não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

8.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1 As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor do Limite Máximo de Garantia orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.



9 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A Codevasf se propõe a pagar pelo prêmio e serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 487.995,01 (**quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e um centavo**), a preços de setembro/2025, conforme indicado na Planilhas de Estimativa e Preços Orçados, constantes do Anexo IV deste termo de Referência.

9.2 Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Programa de Trabalho - nº 04.122.0032.2000.0001 PTRES (172108) ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, no Distrito Federal, Categoria Econômica 3, sob a gestão da Área de Administração e Tecnologia da CODEVASF.

10 PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo para execução do objeto deste TR é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

10.2 O prazo máximo para emissão da Ordem de Serviço é de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

10.3 A cada período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, o fiscal do contrato deverá manifestar-se, justificadamente, sobre a vantajosidade da continuação da avença.

10.4 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da apólice, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um prazo total de vigência de 455 dias.

10.5 Não sendo mais vantajosa a continuação da prestação dos serviços na forma contratada, o fiscal do contrato comunicará o fato ao gestor do contrato para tratativas de negociação com a contratada ou ultimar a rescisão contratual, verificando a existência de remanescentes na licitação de origem para convocação, objetivando a continuidade da prestação dos serviços.

11 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço do serviço, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente.

11.2 O valor do prêmio será aquele apresentado na proposta da Seguradora vencedora.

11.3 O pagamento do prêmio anual do seguro será efetuado em 06 (seis) parcelas, iguais e sucessivas, sem correção, após o recebimento da fatura, que deverá ser enviada por meio do Protocolo Digital da Codevasf-Sede, após a emissão de ordem de serviço pela contratante.

11.4 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.

11.5 O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

11.6 Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

11.7 As Faturas/Notas fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

11.8 Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra b, da Constituição Federal/88.

11.9 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- i) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF N° 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.

11.10 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.

11.11 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

11.12 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

11.13 No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.

11.14 O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.

11.15 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.16 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

11.17 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

11.18 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

11.19 Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

11.20 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.

11.21 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1, \text{ onde:}$$



i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

11.22 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

11.23 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

12 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

12.1. O preço é fixo e irredutível.

13 MULTAS

13.1 Nos casos de atrasos na execução do objeto contratado, por culpa exclusiva da contratada, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

13.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da contratada, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectiva penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela fiscalização, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à contratada, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso



13.3 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.4 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

13.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- b. Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

13.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Sede, que procederá ao seu exame.

13.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

13.8 Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

13.9 Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.



14 GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

14.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.

14.3 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área de Administração e Tecnologia na Sede Codevasf.

14.4 A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

14.5 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato, será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

14.6 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

14.7 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

14.8 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

14.9 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

14.10 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

15 FISCALIZAÇÃO

15.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela Codevasf, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os serviços, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando os serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso.

15.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área competente, responsável pela execução do contrato.



15.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área competente da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.9 Supervisionar a execução do contrato e atestar as Notas Fiscais correspondentes, por intermédio de comissão ou servidor designado pela Administração;

16 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010.

16.2 A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado ao meio ambiente, na prestação dos serviços contratados, podendo responder, inclusive, perante a Codevasf, pelos eventuais prejuízos causados.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 Caberá à Contratada a emissão da Apólice Mestra contendo todas as cláusulas e condições do seguro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

17.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.4 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao fornecimento e aos serviços contratados.

17.5 Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca da prestação de serviços à Contratante, a não ser que haja prévia e expressa autorização desta.

17.6 Manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos a que tiver acesso, dedicando especial atenção à sua guarda até devolução dos mesmos à Contratante, não podendo usá-los sob qualquer pretexto.

17.7 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

17.9 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Codevasf, durante a execução do Contrato;

17.10 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;



18 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 18.1 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 18.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.
- 18.3 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 18.4 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.5 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 18.6 Fornecer à Seguradora todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias à plena cobertura do seguro objeto deste Contrato;
- 18.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19 MATRIZ DE RISCOS

- 19.1 A matriz de risco está apresentada no anexo VI deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 19.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 19.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 19.4 Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 19.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 19.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 19.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 19.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 19.9 Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 19.10 A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

20 ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO CONTRATUAL

- 20.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados, pela nova pessoa jurídica:
 - a- todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b- sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
 - c- não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e



d- haja a anuência expressa da Codevasf à continuidade de serviço.

21 HIPÓTESES DE RESCISÃO

- 21.1 Constituem motivo para rescisão do Contrato:
- 21.2 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 21.3 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 21.4 A lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- 21.5 O atraso injustificado no início do serviço;
- 21.6 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- 21.7 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- 21.8 O não atendimento das determinações regulares do fiscal da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 21.9 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- 21.10 A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- 21.11 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 21.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, prejuízo à execução do serviço;
- 21.13 O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da contratada;
- 21.14 A suspensão da execução do serviço, por ordem escrita da Codevasf por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, e a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 21.15 A prática de qualquer ato em desacordo com as regras estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato sujeitará o contratado às sanções previstas no RILC da Codevasf, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que o ato ensejar.

22 CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1 Este Termo de Referência e seus anexos são partes integrante do contrato a ser firmado com a Contratada, independentemente de transcrições.



23 ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Questionário
- Anexo III – Modelo de Planilha de Preços (Proposta)
- Anexo IV – Planilhas de Estimativa de Preços Orçados
- Anexo V – Matriz de Riscos

Brasília, 31 de outubro de 2025.

Assinado eletronicamente

Cristiane de Lima Carvalho
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerência de Patrimônio, Logística e Serviços Auxiliares

Assinado eletronicamente

Ricelly Santos Moura
Gerente
Gerência de Patrimônio, Logística e Serviços Auxiliares



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Contratação de prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Conforme disposto no Art. 17, § 1º da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, a empresa pública poderá contratar seguro de responsabilidade civil para seus administradores.

Por sua vez, o Estatuto da CODEVASF também prevê a possibilidade de contratação desse tipo de seguro, na forma prevista no artigo 53, a seguir transcrito:

“Art. 49. A Codevasf poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na forma definida pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios relativos a processos judicial e administrativo instaurados contra eles, em razão de suas atribuições na Codevasf”.

A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP por meio da Circular SUSEP Nº 637, de 27 de julho de 2021, estabelece diretrizes gerais aplicáveis a esta modalidade de Seguro (Seguro RC D&O).

Assim, no sentido de mitigar os riscos de responsabilização civil vinculados ao exercício de cargos de conselheiros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva, a contratação em questão é necessária para a proteção do patrimônio dos conselheiros e diretores, em decorrência de ações ou de decisões tomadas no desempenho das funções a eles atribuídas.

A Codevasf será o Tomador do seguro, ou seja, a pessoa jurídica que contrata o seguro de responsabilidade civil (D&O) em benefício dos segurados, conforme definido no Inciso XIV do art. 2º da Circular SUSEP nº 637/2021.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Para uma proteção adequada do patrimônio dos dirigentes da empresa, uma das opções de mercado é a contratação de seguro de responsabilidade civil, a qual vem se tornando prática comum entre as



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

empresas estatais, podendo representar, inclusive, um fator determinante na decisão dos executivos quanto à aceitação do desafio profissional.

Assim, o principal objetivo do seguro de responsabilidade civil, em gênero, é proteger o segurado de eventuais reclamações em que seja responsabilizado civilmente por danos involuntários causados a terceiros

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

A metodologia para chegar ao valor do prêmio levou em consideração a estimativa de valor de contratações públicas, extraídas do Banco de Preços. Foram obtidos também, preços extraídos da licitação da CONAB pregão nº 90008/2024, os preços do pregão foram atualizado com base no IPCA, os quais tem coberturas securitárias e Limite Máximo de Garantia semelhantes ao da Codevasf. Buscou-se, também, preços de mercado obtido com as seguradoras que atuam no mercado brasileiro.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do serviço objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Justificativa da adoção do valor estimado público

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- 1) Atestado de Capacidade Técnica para o ramo D&O, que comprove o bom atendimento na administração das apólices, cuja cobertura seja de no mínimo R\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e quinhentos mil reais), isto é, 50% do valor da importância segurada prevista neste Termo de Referência.
- 2) Será permitido o somatório de quantidades havidos em mais de um atestado.
- 3) Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente.
- 4) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 5) Certidão ou Declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com data de expedição de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, comprovando que a seguradora licitante não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

Para esta contratação a empresa precisará comprovar o Capital Social mínimo para a habilitação na licitação.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Nos termos da Súmula 247 do TCU, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala. Sendo assim, considerando que a pretensão contratual será em item único, resta inviabilizada técnica e economicamente o parcelamento do objeto, vez que não propiciará ampliação da competitividade.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Será permitida a participação de microempresa e empresa de pequeno porte sem os benefícios da legislação vigente, em razão da natureza o objeto, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso VIII da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Permissão para Participação de Consórcios:

Será vedada a participação de consórcios, pois o objeto a ser licitado não possui complexidade que justifique a associação de duas ou mais empresas para seu fornecimento e o valor do seguro está compatível com a capacidade individual da maioria das seguradoras.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço, operações, atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados.

Ainda, para esta licitação não será permitida a participação de cooperativa, em obediência ao disposto no art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966, a saber:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

“Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho”.

Permissão para Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista a impossibilidade de dividir o objeto para execução por empresas distintas.

ANEXO II
QUESTIONÁRIO (EM ARQUIVO SEPARADO)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

ANEXO III MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS (PROPOSTA)

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço Completo: _____

Contato: _____ E-mail: _____ Telefone: _____

OBJETO:

Contratação de prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil - D&O (Director and Officer) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

Descrição dos Serviços	Quantidade	Valor do prêmio para 12 meses (R\$)
Seguro de Responsabilidade Civil – D&O, conforme condições contratuais.	01	
	Valor Global	R\$

No valor GLOBAL desta proposta já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra direta e indireta, tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, e os demais necessários à plena execução dos serviços.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ().

Validade da Proposta Comercial: Preços válidos por 60 (sessenta) dias.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Nome: _____ Nome: _____

Cargo/Função: _____ Cargo/Função: _____

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco: _____

Agência Bancária n.º: _____ C/C do Licitante n.º: _____